Brasil ganha o primeiro round na OMC

Em ano de corrida eleitoral, Bush deverá pedir reavaliação do processo

O final de abril reservou um acontecimento inédito nas negociações de comércio internacional. A Organização Mundial do Comércio (OMC), em decisão preliminar, deu ganho de causa para o Brasil contra a prática dos Estados Unidos de subsidiar seus produtores de algodão. O documento que fornece com detalhes o arrazoado de motivos dessa posição conta com mais de 300 páginas. Ainda que longe do parecer final, face aos trâmites legais exigidos num processo de tal natureza, é um registro importante para desmantelar a rede de protecionismo praticada pelos países desenvolvidos.

As expectativas em torno do resultado geraram uma dose de ansiedade, pois era a primeira vez que um painel abordava matérias como cláusula de paz, vários tipos de subsídios (apoio doméstico adicionável à exportação), a classificação das subvenções nas caixas apropriadas (verde e amarela) e os prejuízos causados a terceiros pelos subsídios agrícolas.



O Brasil começou as consultas sobre o tema em novembro de 2002. Entre agosto de 1999 e junho de 2003, foram concedidos em subsídios US$12,47 bilhões, para um valor de safra de US$13,94 bilhões. Uma taxa estrondosa de 89,5%. De 2001 a 2002, a liberação foi de US$4 bilhões, e o valor de safra, US$3,98 bilhões. A taxa subiu para 129,3%. O volume de recursos cresceu de 17% para 42%. Os beneficiados foram 25 mil agricultores e as exportações, que abocanharam 40% do volume total. Enquanto isso, as exportações nacionais deixaram de arrecadar US$600 milhões. Os preços internacionais da libra-peso do algodão chegaram ao piso de US$0,29, muito abaixo da média histórica de US$0,72.

Os estudos deverão ser aprofundados. Em ano eleitoral, na corrida pela Presidência da República, mais do que nunca, o presidente Bush, na busca da reeleição, pedirá reavaliação da disputa. Os cálculos mostram que, sem protecionismo, os embarques dos EUA cairiam em 40% e os preços internacionais subiriam em 12,6%.

De qualquer forma, com sua posição, a OMC revela sensibilidade para a necessidade de se estabelecer parâmetros do grau de concessão de subsídios de um país no comércio agrícola. Criar referências que tragam maior previsibilidade às regras e possam constatar violações. O impacto imediato será em cima do Acordo Agrícola, em que será fechada a porta para o uso de subsídios adicionáveis, sob pena de contestação na OMC. Um prato cheio para ser colocado já na Rodada de Doha e influenciar as negociações da ALCA.

Mesmo sem efeito de curto prazo, ficou aberto um precedente muito sério. Na esteira desse caso, outras ações contra os subsídios norte-americanos virão. O próprio Brasil encara a briga no açúcar contra o regime europeu. Os custos processuais são caros, pesam bastante no bolso, mas vale a pena. A Argentina pensa seriamente em abrir um processo no setor de leite.

De acordo com o Banco Mundial, 140 milhões de pessoas no mundo poderiam sair da pobreza até 2015, se os membros da OMC abandonassem os subsídios agrícolas e derrubassem as barreiras que inibem o comércio de alimentos e fibras. ■

ONDE SABER MAIS:
Sobre subsídios e protecionismo agrícola (www.iconebrasil.org.br)

Deu no New York Times

A decisão da OMC mereceu elogios na imprensa mundial. "As generosas contribuições dos EUA a seus agricultores semeiam a pobreza no mundo em desenvolvimento. E, além disso, são ilegais", disse o jornal norte-americano *New York Times*, em editorial publicado no dia 28 de abril. Calcula-se que, anualmente, US$300 bilhões sejam destinados pelas nações ricas a seus agricultores e pecuaristas.

Além do *New York Times*, o *The Wall Street Journal*, o *Atlanta Journal-Constitution* e os jornais britânicos *Financial Times* e *Guardian* apoiaram a atitude da OMC contra os subsídios americanos.

No dia 4 de maio, o *NYT* voltou ao tema. Os repórteres Elizabeth Becker e Todd Benson traçaram o perfil do fazendeiro Pedro Camargo Neto, um dos idealizadores do processo brasileiro contra os subsídios americanos aos produtores de algodão.